

ESTUDO SOBRE A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA DE GESTÃO

Gisele Maciel Souza da Silva¹; Maria Aparecida Pereira²

¹Aluna de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB – gis_mss@hotmail.com;

²Professora do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB
profcidinha2015@gmail.com;

Grupo de trabalho: Ciências Contábeis

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial; Relatórios Contábeis; Tomada de Decisões.

Introdução: Destaca-se a importância do uso das informações geradas pela contabilidade com transparência e conduta ética diante do cenário atual; a relevância da qualificação do profissional contábil e sua capacidade de explicar o que está acontecendo e evidenciar o que precisa ser mudado. No entanto, atualmente ainda se mantém o conceito de que a contabilidade serve exclusivamente para atender ao fisco, gerar impostos e comprovar a atividade empresarial; porém ressaltamos a necessidade de mudança desta visão sobre a contabilidade. (MARION, 2015, 30). Por outro lado, utilizar e interpretar os relatórios contábeis auxilia as tomadas de decisões. Pois, a utilização e a interpretação possuem fatos concretos como base; oferecem ampla visão da situação atual e perspectiva futura e atendem a real necessidade dos usuários. (CRC, 2015). A estrutura das demonstrações contábeis proporciona diversas análises como Análise Vertical e Horizontal; Análise de Liquidez e do Endividamento; da Rotatividade e da Rentabilidade. Portanto, é necessário conhecer como interpretar os relatórios contábeis e como oferecer alternativas de mudanças internas para atingir a eficácia da empresa. (FRANCO, 1992, 390). Analisar os índices extraídos dos relatórios contábeis pode influenciar consideravelmente os processos decisórios da gestão.

Objetivos: Apresentar que a partir da utilização e interpretação dos relatórios contábeis é possível entender a real situação econômico-financeira da empresa, estabelecer objetivos e metas futuras e alcançá-las por meio das decisões orientadas pela Contabilidade, suas demonstrações e índices de análise.

Relevância do Estudo: Atualmente ainda pode-se observar o conceito de que a Contabilidade só é necessária para receber e anotar informações; prestar informações ao fisco ou gerar e guardar livros. No entanto, a Análise das Demonstrações Contábeis é essencial nos processos decisórios da Gestão Empresarial e os usuários podem utilizá-los em conjunto com a orientação do profissional devidamente capacitado para interpretá-los e traduzi-los numa linguagem de comum entendimento, visando assessorar os administradores na tomada de decisões. (MARION, 2005, 28)

Materiais e métodos: O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica de materiais publicados em artigos e livros da área contábil.

Resultados e discussões: A contabilidade é uma ciência, um sistema de informação, que estuda, organiza e interpreta as movimentações e as informações contábeis, fiscais e departamentais; oferecendo os relatórios contábeis processados aos seus usuários. Porém enfatizamos que os profissionais que gerenciam a empresa devem, com a ajuda do contador, utilizar as informações fornecidas nos relatórios contábeis para tomada de decisões. (GOUVEIA, 2001, 8). Cada vez mais a contabilidade é essencial para direcionar e orientar o melhor caminho a ser seguido diante dos impasses econômicos existentes. Neste sentido, “a Contabilidade deixa de ter o foco fiscal e passa a ser uma ferramenta digital para tomada de decisões.” (CRC 2015). Com este novo direcionamento da contabilidade é importante que o profissional contábil tenha perfil generalista, porém com foco em se especializar em uma área,

como: auditoria, controladoria, perícia, consultoria, entre outros; o que lhe dará melhor capacidade de enxergar a real necessidade da empresa e do seu empresário, levando em conta aspectos gerenciais e não somente aspectos legais, tributários e fiscais. De modo que ele precisa estar em constante atualização e estar capacitado para oferecer melhores alternativas de mudanças. Significa estar qualificado para interpretar as informações nos relatórios contábeis e orientar, por exemplo, um possível investimento; observar e corrigir os procedimentos para que sejam realizados com exatidão; verificar a exatidão dos registros contábeis e apontar possíveis acertos e também possuir habilidade para consultoria contábil. (GOUVEIA, 2001, 8). Quanto aos demonstrativos fornecidos pela contabilidade, o Balanço Patrimonial (BP) é um dos mais utilizados para verificar a saúde financeira e econômica da empresa, a partir da aplicação de técnicas de análise das demonstrações contábeis. Do BP é possível análises que precisam ser realizadas em conjunto baseadas numa contabilidade precisa e feita com esmero; isso dará uma visão mais clara da real situação da empresa. (IUDÍCIBUS, 1998, 43). As análises como da liquidez e do endividamento indicam a porcentagem dos compromissos que a empresa pode saldar a curto e longo prazos. A análise da rotatividade demonstra a frequência que se renovam os elementos patrimoniais; pode ser feito de modo a expressar relacionamentos dinâmicos como, por exemplo, rotatividade do Estoque, de Contas a Receber e do Ativo. A análise da rentabilidade nada mais é do que demonstrar o retorno sobre o investimento como, por exemplo, o retorno do investimento dos acionistas relacionando o lucro do empreendimento com outro valor como o valor das vendas ou o valor do ativo para enxergar a evolução da empresa ou para descobrir qual é a margem de lucro. (NEVES, 1998, 357; RIBEIRO, 1998, 103; RIBEIRO, 1998, 105) Atualmente temos visto muitas mudanças em consequência do crescimento ao acesso à tecnologia e também a necessidade de inserir estas mudanças na prática contábil. Ressalta-se ainda, o reflexo nas empresas da crise econômica e financeira pela qual estamos passando no país e a necessidade de informações concretas. (CRC, 2015) A partir do uso da contabilidade podemos obter melhores estratégias que propiciará que as empresas se mantenham em equilíbrio no mercado e cresçam mesmo diante da crise atual.

Conclusão: A contabilidade em sua nova dimensão é uma ferramenta ou um instrumento que fornece dados para analisar como as mudanças externas e internas afetam as empresas; garantindo a satisfação da necessidade dos usuários para que possam tomar decisões com qualidade, embasados em dados reais e atuais.

Referências:

<http://www.crcsp.org.br/portal_novo/publicacoes/crcsp_online/materias/346_15.htm>.
Acesso em: 29 de Agosto de 2016

FRANCO, Hilário. **Estrutura, Análise e Interpretação de Balanços:** 15^a ed. São Paulo: Atlas, 1992, 342 págs.

GOUVEIA, Nelson. **Contabilidade Básica:** 2^a ed. São Paulo: Harbra Ltda, 2001, 473 págs.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Análise de Balanços:** 7^a ed. São Paulo: Atlas, 1998, 255 págs.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica:** 11^a ed. São Paulo: Atlas, 2015, 274 págs.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial:** 11^a ed. São Paulo: Atlas, 2005, 513 págs.

NEVES, Silvério das. **Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Financeiras:** 7^a ed. ampl., ver. e atual. São Paulo: Frase Editora, 1998, 579 págs.

RIBEIRO, Osni Moura. **Análise de Balanços Fácil:** 4^a ed. São Paulo: Saraiva, 1998, 264 págs.

O IMPACTO DO AVANÇO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA ÁREA CONTÁBIL

Alessandra Rudini de Figueiredo¹; Ms Maria Aparecida Pereira²

¹Aluna de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB –

alessandrarudini@hotmail.com;

²Professora do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB

profcidinha2015@gmail.com

Grupo de trabalho: Ciências Contábeis.

Palavras-chave: tecnologia da informação (TI); tomada de decisão; profissional contábil.

Introdução: Não é de hoje que as empresas buscam a tecnologia da informação (TI) como instrumento de apoio à tomada de decisão estratégica. Segundo Bazzotti e Garcia (sd *apud* Batista, 2004, p. 1-2), “do ponto de vista da administração de empresas em concordância com a definição de sistemas, existem dois elementos fundamentais para a tomada de decisões: os canais de informação e as redes de comunicação”. Através desses elementos se define onde serão adquiridos os dados, e para onde serão direcionados estes mesmos dados. (BAZZOTTI e GARCIA, sd). A responsabilidade do setor Contábil diz respeito à organização de documentos voltados às negociações praticadas pela empresa e antes da implementação da TI, os procedimentos oferecidos não eram tão confiáveis no processo de tomada de decisões, pois, os balanços eram encerrados, de maneira “artesanal”. Com o avanço da tecnologia, a contabilidade passou a ter mais velocidade para processar dados, com a possibilidade de acompanhar, praticamente em tempo real as transações. Neste sentido facilitou a correção de possíveis falhas, o que se considera um impacto positivo do avanço da TI para área contábil. (BRUNO *et al.*, 2011 p.1)

Objetivos: Apresentar e refletir os ganhos obtidos pela contabilidade com o crescimento da Tecnologia da Informação.

Relevância do Estudo: O processo de produção das informações, a partir do término da Segunda Guerra Mundial, baseia-se em atividades relacionadas ao conhecimento. Com isto, produzir, distribuir e processar conhecimento vem ganhando maior destaque do que simplesmente manusear os dados. Assim, diante das constantes mudanças a contabilidade tem assumido novos desafios, devido à complexidade e o volume das transações das empresas em geral. (CASSIOLATO, 1999 p.173). Neste sentido, já não vemos mais tarefas realizadas manualmente e sim vemos a realização de tarefas de forma automatizada com o uso de softwares específicos de serviços. Como destacam Cruz *et al.* (2004, p. 7). “a contabilidade desenvolveu-se em resposta a mudanças no ambiente, novas descobertas e progressos tecnológicos, Não há motivo para crer que a Contabilidade não continue a evoluir em resposta a mudanças que estamos observando em nossos tempos”. E “diante disso tudo, as informações devem ter como característica principal velocidade e segurança, para que assim as tomadas de decisões possam ocorrer em tempo real, fazendo com que as empresas que utilizem o serviço *on line* estejam sempre um passo a frente de tudo. (HENRIDRIKSEN & BREDA, 1999 *apud* CRUZ *et al.*, 2004, p.7).

Materiais e métodos: O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica tendo como base teorias existentes em livros, artigos científicos e *sites*.

Resultados e discussões: “O impacto da junção entre a informática e as comunicações, no final da década de 1980, trouxe mudanças ponderáveis no modo de execução do trabalho. O profissional Contábil, junto a TI, passou a desempenhar com maior agilidade o registro das

operações e emissão de relatórios”. (BRUNO *et al*, 2011, p 3-4). Na atualidade podemos dizer que a tecnologia teve uma evolução impactante, tanto na execução dos processos contábeis, quanto na possibilidade de gerar informações. Porém, mesmo “o sistema de informação contábil ser tecnologicamente um princípio em tempo real, ainda é utilizado à maneira antiga.” (DEITOS, 2006 p.1). Esta atitude, segundo a autora, seria decorrente dos princípios contábeis atuais e devido os sistemas contábeis serem tratados como sistemas fechados. Neste sentido, ainda segundo Deitos (2006 p.2), essas duas questões dependem do contador para redimensionar, sendo que na primeira é necessária uma atitude que inclua a comunidade contábil, o segundo já é necessário que a organização estimule atitudes que auxiliem a tornar o sistema contábil mais amplo, ou então mais comunicativo. De acordo com Riccio e Peters (2001 p.1) “fazendo uma analogia, na Contabilidade o controle da informação contábil encontra-se hoje na mão do contador. No processo de mudança pode-se prever que parte deste estará nas mãos dos usuários”. Portanto é necessário ter seus processos executados em tempo real, para assim usufruir de todos os benefícios da tecnologia da informação. Também é preciso que a contabilidade seja tratada como parte da empresa, onde o usuário possa definir quais os modelos de dados monetários, quantitativos e internos deseja receber.

Conclusão: Foi concluído nesse trabalho que, a TI trouxe inúmeros ganhos à contabilidade e ao profissional contábil como, por exemplo, auxílio e ferramenta na elaboração de relatórios utilizados no processo de tomada de decisão. Nos dias de hoje, o profissional que utiliza o sistema, mais avançado e rápido, tem suas atividades com maior qualidade e menor tempo.

Referências:

BAZZOTI, Cristiane; GARCIA, Elias. **A Importância do Sistema de Informação Gerencial para Tomada de Decisões**. sd. Disponível em:
<http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminarario/Artigos> Acessado em: 10/10/2016

BRUNO, Julio Gabriel Santos de Souza; FIGUEIREDO, Alessandra Rudini de; PEREIRA, Nayara Olívia Carlos; PINHO, Ediane Domingos de; VIANA, Antonio. **A Influência do Avanço da Tecnologia da Informação como Instrumento de Trabalho da Contabilidade**. Cuiabá 2011. Disponível em:
<http://www.tiunirondon.files.wordpress.com/2011/06/influencia-avanco-ti-contabilidade.pdf>
Acessado em: 10/10/2016 20h14min

CATELLI, Armando. Internet: desafio para uma contabilidade interativa. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo 2011. FIECAFI/FEA/USP, Ano XII, vol. 14, no. 25, p.24-41.

DEITOS, Maria Lúcia M.S **A Tecnologia da Informação e a Atividade Contábil**. Brasília. 2006. Disponível em: http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/contabeis/foco/art_2705.pdf
Acessado em: 03/09/2016 16h47min.

DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu e MINAYO, Maria Cecilia de Souza (organizadora). Pesquisa social: **Teoria, método e criatividade**. 25ªEd. Revista e Atualizada. Petrópolis, RJ 2007. Vozes.

SILVA, Claudiane Rodrigues; PEREIRA, Josiane Fernandes; OLIVEIRA, Vanessa Ribeiro Coppi; GOMES, Anderson; FURTADO, Agnaldo Brabo; LIMA, Igor Gabriel. **A Tecnologia da Informação e Contabilidade**. Disponível em:
http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/gestao_foco/artigos/ano2015/tec_informacao_e_contabilidade.pdf Acessado em: 17/09/2016 20h47min

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO **Gestão estratégica para redução de gastos**

Alexandre Cesar Tayar Valderramos¹; Maria Aparecida Pereira²; Alexandre Silva Santos³.

¹ Aluno do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB –
alexandrectv@live.com

² Professora do curso de Administração – Faculdades Integradas de Bauru – FIB
profcidinha2015@gmail.com

Grupo de trabalho: Ciências Contábeis

Palavras-chave: planejamento, tributos, gastos.

Introdução: Vivemos atualmente no Brasil um cenário econômico onde as empresas precisam adotar estratégias de sobrevivência. Neste sentido, a contabilidade tem um papel fundamental para facilitar a adoção de tais estratégias na tomada de decisão e auxiliar na gestão correta dos recursos financeiros, conseguindo assim uma visão mais ampla de sua situação econômica e financeira. Desta forma, os gestores conseguem identificar as situações que necessitam de mudanças. Os tributos, de acordo com Nakagawa (2016, p. 1) o país com maior carga tributária na América Latina e Caribe é o Brasil, e as estatísticas confirmam que os brasileiros percebem que a carga tributária é alta. Isto indica que a despesa com tributos pagos deve ser observada a ponto de responder o questionamento das empresas de estarem pagando ou não mais imposto do que deveriam. Para respondê-lo, é importante elaborar um planejamento tributário baseado nos valores que são pagos de tributos, e verificar o quanto seria pago caso houvesse uma mudança de regime tributário, pois, de acordo com a legislação tributária do país, optar por tipos de apuração diferenciada é possível.

Objetivos: Evidenciar a importância do planejamento tributário tendo em vista a gestão estratégica para redução de gastos,

Relevância do Estudo: É importante que a empresa tome conhecimento que não pode se isentar do pagamento dos tributos, mas que existe a possibilidade de uma redução da carga tributária que é efetivamente paga. O planejamento tributário possibilita esta percepção a partir criação de estratégias e ações para redução de gastos com tributos pagos de forma desnecessária. Ressalta-se a importância de apresentar as diversas possibilidades de apuração de tributos e como a empresa pode se utilizar deste planejamento para tomada de decisões.-

Materiais e métodos: Para este trabalho foi feito um estudo descritivo, através de livros, *sites* e revistas, para a obtenção de referenciais teóricos sobre o tema proposto.

Resultados e discussões: Todo tributo é criado através de lei e está disposto na Constituição Federal e todas as normas, leis complementares e outros dispositivos, estão contidos no Código Tributário Nacional (CTN). Existem tributos Federais, Estaduais e Municipais, a Constituição empodera os entes nestes âmbitos para criar, aumentar ou reduzir as cargas tributárias conforme a necessidade econômica do país, de um estado ou município. De acordo com Reis, Gallo e Pereira (2010, p. 10) “quando o assunto tributo é tratado, a primeira legislação a ser mencionada via de regra, é a Constituição Federal”. Para Castellani (2009, p. 8) os tributos é uma forma de transferirmos riquezas para o Estado. Isso quer dizer que eles são instituídos para a captação de recursos para o Estados, para suprir necessidades e cumprir com os gastos de orçamentos pré determinados. Desta forma, não é possível a evasão do pagamento, ou seja, não existe um meio para deixar de recolher os impostos, taxas e contribuições, porém, existe um meio legal para que as empresas possam diminuir a carga

tributária e pagar menos tributos. O planejamento tributário é uma forma de elisão fiscal, alternativa para avaliar e criar mecanismos para redução dos gastos com estas obrigações. Segundo Peixoto (2004, p. 73) a elisão é obtida a partir do Planejamento Tributário lícito, ou seja, é o resultado da prática de atos ou negócios jurídicos, visando reduzir ou postergar a obrigação tributária. A empresa deve também observar para efetuar o planejamento, qual o melhor regime tributário que é o “conjunto de princípios e normas constitucionais que regulam a exigência coativa de prestações pecuniárias pelo estado” conforme afirma Ataliba (2003, p. 189) deve ser adotado, ou seja, qual a melhor forma de recolhimento dos tributos a favor do governo seguindo a legislação. Damos destaque para dois tipos de regimes tributários: Regime Periódico de Apuração (RPA) onde os impostos são apurados mensalmente e individualmente, onde é permitido crédito nas aquisições e débito nas vendas e o regime especial de recolhimento unificado chamado Simples Nacional para empresas de pequeno porte. No regime do Simples Nacional todos os tributos são calculados através do faturamento da empresa em uma alíquota única mensalmente, e sem a possibilidade de créditos nas aquisições. As empresas enquadradas no RPA devem optar também pelo tipo de apuração do resultado, podendo ser pelo Lucro Presumido ou pelo Lucro Real, em casos específicos, podendo somente optar pelo último. A diferença é que pelo Lucro Presumido, existe uma presunção do Lucro através de uma porcentagem aplicada sobre o faturamento para cálculo dos tributos e no Lucro Real se calcula os valores dos impostos e contribuições pelo Lucro Líquido. Analisando uma empresa prestadora de serviços, que está enquadrada no regime do Simples Nacional, para conseguir uma elisão fiscal, devemos observar o quanto se paga de tributos e quanto se pagaria caso houvesse uma mudança de regime tributário e identificar qual seria o mais adequado e a melhor alternativa para se pagar menos tributos.

Conclusão: Os tributos não podem ser ignorados quando consideramos a redução de gastos em uma organização, uma vez que são obrigatórios e não existe a possibilidade do não pagamento dos mesmos, por isso devem ser avaliados e observados em relação ao seu recolhimento, se existe a possibilidade de uma redução ou não.

Referências

ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de Incidência Tributária**. 6. Ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2003. 220 p.

CASTELLANI, Fernando F. **Direito Tributário**, 7. São Paulo: Saraiva, 2009. 210 p.

NAKAGAWA, Fernando. **Brasil tem maior carga tributária da América Latina**. Revista Exame. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/noticias/brasil-tem-maior-carga-tributaria-da-america-latina>. Acesso em: 08 de Outubro de 2016.

OLIVEIRA, Luís Martins; PEREZ JR., José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria Estratégica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2009. 216 p.

PEIXOTO, Marcelo Magalhães. **Planejamento Tributário**. São Paulo: Quartier Latin, 2004. 600 p.

REIS, Luciano Gomes dos; GALLO, Mauro Fernando; PEREIRA, Carlos Alberto. **Manual de contabilização de tributos e contribuições sociais**. São Paulo: Atlas, 2010. 310 p.

UM ESTUDO DA RELEVÂNCIA DA CONTABILIDADE E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Ana Rejane de Godoy¹; Alexandre Silva Santos ²; Maria Aparecida Pereira ³;

¹Aluna do 4º Ano de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB - godoydegoes@hotmail.com;

²Professor do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB - ssalexandre@hotmail.com;

³Professora do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB - profcidinha2015@gmail.com;

Grupo de trabalho: Ciências Contábeis

Palavras-chave: Terceiro Setor, Entidades sem fins Lucrativos, Demonstrações Contábeis, Transparência.

Introdução: As desigualdades sociais demandam esforços da sociedade para seu amparo e teoricamente cabe ao estado cuidar do cidadão em suas necessidades. No entanto, “a emergência do Terceiro Setor no Brasil é um fenômeno irreversível e necessário, pois, as questões sociais deixaram, a muito tempo de serem vistas somente pelo ângulo do Estado, sendo assumido por boa parte da sociedade civil organizada”. Com crescimento das entidades, vimos o surgimento do terceiro setor, o qual se distingue do primeiro setor que se resume ao estado (público) e segundo setor se resumindo ao mercado (privado). (OLIVEIRA e ENGLER, 2010, p. 277-278). Neste sentido, torna-se necessário o aprimoramento na gestão, na contabilidade e na prestação de contas das entidades sem fins lucrativos, as quais integram este segmento. A distinção do terceiro setor para os demais é indireta ao considerar que o mesmo não é nem governamental, nem lucrativo. De maneira clara e positiva, o conceito deste setor resume-se em um conjunto formado por iniciativas particulares, porém com sentido público. (FERNANDES; 1994 p. 127).

Objetivos: Realizar um estudo sobre a relevância da contabilidade e da prestação de contas para entidades sem fins lucrativos. Para tanto, buscou-se identificar as entidades de interesse social suas características e os benefícios para sociedade.

Relevância do Estudo: Com o crescimento e a relevância das entidades sem fins lucrativos em prol da coletividade há uma necessidade de se avaliar e informar a origem e aplicação dos recursos aos órgãos vinculativos, ao setor público e a sociedade. A transparência nas divulgações contábeis além de obrigatórias resulta na confiabilidade em relação aos objetivos a que se propôs a instituição.

Materiais e métodos: A metodologia do presente estudo foi baseada em pesquisa bibliográfica que incluem a leitura e interpretação de livro físico e digital, portais, conselhos de contabilidade e periódicos acadêmicos que fundamentam teoricamente o mesmo.

Resultados e discussões: Apenas recentemente começou-se a reconhecer a importância do terceiro setor para a sociedade e para economia contemporânea, pela sua capacidade de mobilização de recursos humanos e materiais, geração de empregos, no exercício de cidadania e responsabilidade social. As entidades de interesse social atuam em diversas áreas de interesse público em atendimento às necessidades da coletividade, tais como, “promoção da assistência social, educação, saúde, proteção do idoso e à criança em situação de vulnerabilidade social, defesa do meio ambiente e pesquisas científicas, entre outras.” Para a consecução das finalidades a que se propõem, as entidades adotam em regra a forma jurídica de associação, de fundação ou de organização religiosa, de acordo com Código Civil

Brasileiro. (FBC; 2015, p. 26 - 36). Elas se distinguem das demais pela peculiaridade de suas principais características, sendo: lucro, propósitos institucionais, patrimônio e recursos. Para estas entidades, a contabilidade é uma ferramenta de informação e gestão que proporciona direcionamento e transparência, onde através dos demonstrativos contábeis pertinentes com a legislação e as normas específicas é possível prestar qualquer esclarecimento em relação à instituição ao governo e a sociedade em geral, sendo que a obtenção e o destino dos recursos dessas entidades são em benefício da coletividade. (OLAK e NASCIMENTO, 2010 p. 6 - 25; CRC-RS, 2016, p. 53). Através das demonstrações contábeis é possível identificar a posição patrimonial e financeira e o desempenho da entidade. Os registros contábeis devem ser fidedignos de forma que permitam a apuração das informações para prestação de contas exigidas pelos órgãos reguladores e usuários em geral. (ITG 2002 R1 p. 1). Uma das principais obrigações dos administradores das Entidades de Interesse Social é prestar contas, ao próprio órgão deliberativo da entidade, ao Poder Público por meio dos diversos órgãos governamentais, de acordo com a natureza jurídica, registros, títulos e certificados que possuam e a sociedade. Prestação de contas é o conjunto de documentos e informações disponibilizados pelos dirigentes das entidades para possibilitar a apreciação, conhecimento e julgamento das contas e da gestão das entidades, segundo as competências de cada órgão e autoridade, na periodicidade estabelecida no estatuto social ou na lei. (FBC, 2015, p. 81)

Conclusão: A contabilidade torna-se imprescindível como suporte para a prestação de contas das entidades sem fins lucrativos, sendo um importante instrumento de transparência na gestão dessas entidades, considerando a obrigatoriedade aos órgãos fiscalizadores e o interesse em demonstrar a idoneidade na execução de seu objetivo institucional, através das demonstrações contábeis fidedignas.

Referências –

CRCRS Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul: **Terceiro setor Guia de orientação para o profissional da contabilidade**. Disponível em:<http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_3setor.pdf> acesso em 06 set 2016.

FERNANDES, R. C. **Público, porém privado o terceiro setor na América Latina**. 01 ed. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 1994. 156 p.

FBC Fundação Brasileira de Contabilidade. **Manual de procedimentos para o terceiro setor, Aspectos de Gestão e de Contabilidade para Entidades de Interesse Social**. Disponível em:<http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/Miolo_MTS_web.pdf>: Acesso em 06 set 2016.

ITG 2002 (R1) – **ENTIDADE SEM FINALIDADE DE LUCROS**. Disponível em:<[http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2015/ITG2002\(R1\)](http://www1.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2015/ITG2002(R1))> Acesso em 08 out 2016.

OLAK, P. A.; Nascimento, D. T. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos (Terceiro Setor)**: 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 236 p.

OLIVEIRA, L. O; ENGLER, Helen Barbosa Raiz. **Parceria entre estado e terceiro setor: uma alternativa no enfrentamento das questões sociais**. Revista Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 1, p. 277-299, 2009. Disponível em:<<http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/126/168>> Acesso em: 11 out 2016.

A IMPORTÂNCIA DO SPED NA CONTABILIDADE DAS EMPRESAS

Pricila Neves¹; Alexandre Silva Santos²; Maria Aparecida Pereira³;

¹Aluna de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB –

pricilacantaoneves@gmail.com;

²Professor do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB

ssalexandre@hotmail.com;

³Professora do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB

profcidinha2015@gmail.com

Grupo de trabalho: Ciências Contábeis

Palavras-chave: SPED; Escrituração Digital; Registro contábil; Modernização.

Introdução: A contabilidade passou por mudanças nos últimos anos com sua maneira de escrituração fiscal e contábil nas empresas. Duarte (2012, p. 20) diz que “as apurações de impostos e o cumprimento de obrigações acessórias devem ser executados com muito mais eficiência e precisão, a fim de se evitar multas e autuações.” Conforme Nardon Filho (2010, p. 18) “a geração de nossos pais fazia a escrituração manual [...]”, esta atividade com o passar dos anos se aprimorou. No ano de 2007 foi criado pelo governo federal através do Decreto nº 6.022 o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Seu intuito foi unificar as informações contábeis de pessoa jurídica, assim modernizar o sistema contábil das empresas e diminuir a possibilidade de sonegação fiscal. De acordo com a Receita Federal (RFB, 2016 p. 1) o SPED “de modo geral, consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores [...]”. Ao considerar os objetivos do SPED destacamos no desenvolvimento deste estudo a importância de se conhecer sua composição, suas utilidades e quais são as obrigações de cada diante deste sistema.

Objetivos: Mostrar qual a função do SPED para as empresas e qual sua importância na atual contabilidade, quais seus benefícios; sua facilidade e agilidade no cumprimento das obrigações fiscais com o Estado e a União.

Relevância do Estudo: Com fundamentos em pesquisas nos referenciais mencionadas, vemos que a contabilidade passou por grandes alterações em sua forma de escriturar os dados de uma empresa. Antigamente seus documentos fiscais eram somente por papéis e seus arquivos tinham que ser rigorosamente organizados para quando necessário encontrar um documento, ele fosse localizado com rapidez. Hoje com a contínua modernização nos documentos fiscais, o SPED traz aos profissionais da área contábil uma grande facilidade com o arquivamento e notas fiscais e de diversos documentos eletrônicos, que são gerados e arquivados em formatos de arquivos padronizados. O surgimento do SPED trouxe ainda uma nova maneira de escrituração contábil, sendo mais acessível ao banco de dados contábeis de uma empresa quando necessário. Considerando estes aspectos, é fundamental desenvolver um estudo com a finalidade de mostrar esta evolução e a sua importância nos dias de hoje para a contabilidade.

Materiais e métodos: A metodologia do presente estudo foi baseada em pesquisa bibliográfica, o que incluem a leitura e interpretação de livros; de Leis e Decretos que fundamentam teoricamente o mesmo.

Resultados e discussões: Com a chegada do SPED empresas e contadores precisaram aprimorar seus conhecimentos buscando inovação, capacitação e tecnologia para cumprir com os requisitos necessários exigidos. Esta mudança abrangeu todo tipo de segmento

empresarial, trazendo mais exatidão na coleta de dados e cumprimento das obrigações Estaduais e Federais. Para Oliveira (2003, p.17), "as empresas que informatizaram a contabilidade obtiveram bons resultados e procuraram melhorar esse processo." O SPED possui como objetivos: "promover a integração dos fiscos, racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários." (RFB, 2016 p. 1). O SPED é composto por diversas ferramentas eletrônicas e de acordo com Duarte (2012, p.14) são:

- Escrituração Contábil Digital (ECD) ou SPED Contábil: entrega de livros contábeis em meio eletrônico;
- Escrituração Fiscal Digital do ICMS e do IPI (EFD ICMS/IPI) ou SPED Fiscal ICMS/IPI: entrega de livros fiscais relativos ao ICMS/IPI em meio eletrônico;
- Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita ou EFD-Contribuições: entrega de livros fiscais (PIS/Cofins e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita) em meio eletrônico; Nota Fiscal Eletrônica Mercantil (NF-e), que substitui as notas fiscais mercantis modelos 1 e 1A;
- Nota Fiscal Eletrônica de Serviços (NFS-e), que substitui as notas fiscais de serviços;
- Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e), que substitui os conhecimentos de transporte; e
- Outros como: FCont, e-Lalur, e-Social.

"É fundamental que as empresas tenham uma gestão tributária competente para evitar problemas causados por divergências de informações em relação às bases de dados usadas pelas autoridades fiscais municipais, estaduais e federais" (Consultor Jurídico, 2013). A criação do SPED foi uma das ferramentas mais importantes dos últimos tempos, possibilitando aos contadores e empresas o cumprimento das obrigações com mais exatidão e agilidade, seguido de uma padronização nacional. Ainda é visível a difícil adaptação das empresas com este novo sistema, porém seus benefícios são inúmeros como, por exemplo, a desburocratização e simplificação dos processos dentro da empresa, o processo de escrituração que diminuiu o tempo que antigamente era gasto dentro dos arquivos fiscais. Contudo, o SPED é o mais completo centro de informações juntas que se tem de uma empresa.

Conclusão: Em um mundo que se faz necessário a modernização constante, o SPED traz uma abrangente facilidade e rapidez com sua integralização. Para o perfeito funcionamento desta nova ferramenta, muitas empresas e contadores tiveram que passar por uma adaptação no novo cenário empresarial contábil.

Referências:

DUARTE, Roberto Dias **Sped – Sistema Público de Escrituração Digital** / Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. – 2. ed. rev. –, Rio de Janeiro, 2012. 144 p. Disponível em: <http://cnc.org.br/sites/default/files/arquivos/sped-2aedicao.pdf> Acesso em: 16/10/2016

FILHO, Arthur Nardon - **Da Escrituração Manual ao SPED-** Porto Alegre, 2010. 88 p.
OLIVEIRA, Edson. **Contabilidade informatizada – 2. Ed.**. São Paulo: Atlas, 2000. 86 p.
Revista Eletrônica, **Consultor Jurídico**, 2013. Disponível em: <https://consultor-juridico.jusbrasil.com.br/noticias/100572298/tecnologias-do-fisco-estao-a-frente-das-empresas> Acesso em 19 de setembro de 2016.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Sistema Público de Escrituração Digital SPED Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/964> Acesso em 12 de outubro de 2016.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Alexandra Victoria da Silva¹; Maria Aparecida Pereira² Alexandre Silva Santos³

¹Aluna de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB – alvicsi01@gmail.com;

²Professora do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB
profcidinha2015@gmail.com;

³Professor do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB
ssalexandre@hotmail.com;

Grupo de trabalho: Ciências Contábeis

Palavras-chave: Contabilidade; Responsabilidade Social; Demonstração do Valor Adicionado.

Introdução: O presente estudo foi desenvolvido devido a importância da contabilidade para as empresas, que entre muitas funções fornece a seus usuários ferramentas necessárias para tomada de decisões. As demonstrações contábeis são obrigatórias segundo a Lei nº 6.404/1976 e suas alterações a partir das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 com aprovação do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que está em conformidade com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Há algumas décadas atrás o foco da contabilidade eram relatórios financeiros e os lucros obtidos, que atendiam principalmente os usuários internos, com o tempo as empresas começaram a ter mais consciência de sua responsabilidade com a sociedade e com o meio ambiente, com clientes cada vez mais rígidos buscando delas ética, e que possuam uma boa imagem no mercado. Seu desafio atual é que possam melhorar a qualidade do ambiente e diminuam os impactos causados ao seu redor (TACHIZAWA, 2009, p.5). Nesse contexto um grande passo foi dado com a obrigatoriedade da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) a partir de 2007 para as Sociedades Anônimas (SA) de capital aberto segundo a Lei nº 11.638/07 e conforme o CPC 09, seu principal objetivo é informar de que maneira a empresa gerou sua riqueza e de que maneira essa riqueza foi distribuída.

Objetivos: Este trabalho teve por objetivo evidenciar os benefícios da DVA ser aplicada a todas as empresas, e a relevância de suas informações no contexto social e econômico, e como sua distribuição é importante aos usuários externos e de forma essa distribuição os beneficia, tendo em conta de que eles formaram parte da riqueza alcançada.

Relevância do Estudo: A contabilidade possui uma importante finalidade nas empresas, e suas demonstrações contábeis visam atender a todos os tipos de usuários. Nesse sentido, destaca-se a importância da elaboração da DVA, por se tratar do único relatório que a contabilidade possui de natureza econômica e social. Suas informações são extraídas em grande parte pela Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), embora sejam demonstrações similares, a DVA visa atender um público maior e suas informações são de interesse que vão além do Lucro Líquido. Isto se dá pelo fato de que a DVA demonstra o valor adicionado por ela na economia contribuindo para formação do PIB, suas informações seriam de grande utilidade não se restringindo somente as SA. Diante deste ponto de vista e através deste estudo ressaltamos a relevância de todas as empresas divulgarem esse demonstrativo e os benefícios de sua divulgação pública.

Materiais e métodos: O estudo foi desenvolvido mediante pesquisa exploratória através de referencial teórico na área e pesquisa documental realizada em documentos existentes, como artigos científicos, livros e leis.

Resultados e discussões: Com a finalidade de medir a relevância da DVA foram realizados estudos considerando os benefícios em âmbito econômico e social. Pode-se constatar que

este demonstrativo foi um grande avanço para Ciência Contábil, principalmente por seus indicadores e informações de caráter social e por atender um número maior de usuários (RIBEIRO, 2013, p.441). Os indicadores econômicos ocorrem quando a empresa gera riqueza em um determinado período, agregando valor a economia, a DVA é baseada em conceitos macroeconômicos, ou seja, está diretamente relacionado com o Produto Interno Bruto (PIB) do país. Ela é de grande importância para o crescimento e desenvolvimento social uma vez que as empresas são agentes responsáveis pelo faturamento do país através do PIB (JESUS 2013, p. 1). Mas estes conceitos não são totalmente aceitos, há quem discorde dessas afirmações para alguns profissionais essa argumentação é contestada, pois a economia trabalha para fins do PIB que por sua vez é mensurado pela produção, enquanto a DVA trabalha com regime de competência. (ALMEIDA, 2014, p. 208). O desempenho social por sua vez acontece quando a riqueza obtida é distribuída aos agentes responsáveis pela sua formação. O valor adicionado foi resultado de esforços coletivos, que tornaram possível o desenvolvimento das atividades empresariais, conseguindo gerar assim a riqueza através da mão de obra dos empregados, recursos financeiros obtidos através dos bancos, governo que gera benefícios para sociedade e empresas, (RIBEIRO, 2013, p. 441). Para saber o valor adicionado de uma empresa é fundamental conhecer o lucro do período que é evidenciado pela DRE, embora sejam parecidas possuem finalidades completamente diferentes. Enquanto a DRE apresenta a riqueza gerada que pertence aos acionistas, a DVA apresenta a riqueza gerada que pertence a toda a sociedade, abrange um número maior de usuários (SZUSTER *et al.*, 2013, p. 273). Os resultados revelam que DRE e a DVA são complementares e possuem praticamente os mesmos elementos, mas os objetivos são opostos, pois a primeira é voltada para os usuários internos e outra para os usuários externos, partindo dessas informações as vantagens para as empresas elaborarem a DVA está no fato dela conseguir mensurar os resultados apresentados de outro ponto de vista de uma maneira mais ampla, não somente financeira. As empresas são grandes responsáveis pelo desempenho econômico de um país, e a riqueza que ela gera é mensura através do PIB, e essas informações somente são possível através da DVA, os benefícios sociais dessa demonstração acontecem quando ela distribui a riqueza gerada aos agentes que a ajudaram na formação da mesma, como aos empregados através de salários, aos bancos através de juros ao governo através de impostos, e a sociedade através de empregos e na economia beneficiando a todos.

Conclusões: Chegou-se à conclusão que a DVA pode ser extremamente importante para a economia fazendo que no futuro se torne obrigatória, e as empresas por sua vez ganharam um novo meio de medir sua riqueza de um ponto de vista único, trazendo benefícios a todos usuários mostrando a geração e distribuição da riqueza de uma empresa em um determinado período.

Referências:

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Curso de contabilidade intermediária em IFRS e CPC**. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 2014. 212 p.

JESUS, José Carlos. **Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e a formação da riqueza social**. Disponível em: <<http://www.mundocontabil.com.br/conteudo.php?id=768&dados%5bacao%5d=artigo#ixzz2ifAZ80pF>>. Acesso em: 29 set. 2016, 12:24:30.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 544 p.

SZUSTER, Natan et al. **Contabilidade geral: Introdução a contabilidade societária**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2013. 384 p.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 472 p.

ASPECTOS CONTÁBEIS, TRIBUTÁRIOS E OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS APLICADAS ÀS ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Letícia Cardoso de Souza¹; Alexandre Silva Santos²; Maria Aparecida Pereira³;

¹Aluna do 4º Ano de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB – leticiacardosouza@gmail.com;

²Professor do curso Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB ssalexandre@hotmail.com;

³Professora do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB profcidinha2015@gmail.com.

Grupo de trabalho: Ciências Contábeis

Palavras-chave: entidades sem fins lucrativos, demonstrações contábeis, obrigações acessórias.

Introdução: O surgimento das entidades sem fins lucrativos é caracterizado pelo ato de caridade desde a época primordial da humanidade. Segundo Hudson (1999, p. 1) “a palavra “caridade” tem origem latina, *caritas*, significando amor ao próximo ou beneficência e liberalidade para com os mais necessitados ou menos afortunados”. No Brasil as entidades sem fins lucrativos passaram a desenvolver-se na década final do regime militar, devido a redemocratização que levou à ênfase das ações sociais voltadas à população (CFC, 2008 p.18). Antes a divisão da dimensão sociopolítica contemplava dois setores bem distintos e de difícil convivência: o setor público e o setor privado. Diante do conflito de interesses dos referidos setores surgiu e se firmou outro setor, e a ordem sociopolítica passou a ser dividida em três setores, sendo: Primeiro Setor: o setor público, no qual temos o Governo; Segundo Setor: o setor privado, que engloba as Entidades Com Fins Lucrativos, e; Terceiro Setor: o setor intermediário, onde estão as Entidades Sem Fins Lucrativos. (PAES, 2009, p. 1). Desde então, estas entidades contribuem para o desenvolvimento econômico-social do país.

Objetivos: Apresentar de forma geral os aspectos contábeis e tributários, as obrigações acessórias e principais demonstrações contábeis aplicadas às entidades sem fins lucrativos.

Relevância do Estudo: Devido aos objetivos comuns da sociedade em suprir algumas necessidades da coletividade, que seria papel do Governo, as entidades sem fins lucrativos vêm crescendo cada vez mais em nosso país. Este crescimento passou a exigir do profissional contábil conhecimentos específicos para compreender as normas contábeis e tributárias aplicáveis a estas entidades.

Materiais e métodos: A metodologia do presente estudo foi baseada em pesquisa bibliográfica, o que incluem a leitura e interpretação de livros; revistas científicas que o fundamentam teoricamente.

Resultados e discussões: As Entidades Sem Fins Lucrativos “são instituições privadas com propósitos específicos de provocar mudanças sociais e cujo patrimônio é constituído, mantido e ampliado a partir de contribuições, doações e subvenções e que, de modo algum, se reverte para os seus membro ou mantenedores.” (OLAK e NASCIMENTO, 2010, p.6). Tais entidades são caracterizadas pela não obtenção e distribuição de lucros, além disso, podem ter imunidade e isenção tributária. A imunidade tributária está prevista no art. 150 da Constituição Federal (CF), o qual prevê que o patrimônio, rendas e serviços, ligados às atividades, não são tributados, porém precisam preencher os requisitos estabelecidos em lei. A isenção tributária é determinada em lei pelas três esferas de Governo (federal, estadual e municipal) sobre os

tributos de sua competência. A isenção diferencia-se da imunidade. A imunidade tem caráter permanente, somente podendo ser mudada com a alteração da Constituição Federal, enquanto a isenção é temporária, ou seja, já na sua concessão pode-se delimitar prazo de vigência, pois decorre de lei (CFC, p. 34-40. 2008). As entidades sem fins lucrativos acompanham e aderem os aspectos contábeis determinados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), assim como as entidades com fins lucrativos. De acordo com a Interpretação Técnica Geral 2002 (ITG 2002) do CFC as demonstrações contábeis elaboradas pelas Entidades sem fins Lucrativos são: Balanço Patrimonial; Demonstração do Resultado do Exercício (DRE); Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Notas Explicativas. Estas apresentam terminologias específicas, diferentes das entidades com fins lucrativos (CFC, p. 54. 2008). As obrigações acessórias exigidas às entidades sem fins lucrativos pelo fisco estão equiparadas às mesmas exigidas às com fins lucrativos. São elas: Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF); Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF); Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP); Sistema Público de Escrituração Digital (SPED): Contribuições, Escrituração Contábil Fiscal (ECF), Escrituração Contábil Digital (ECD); e-Social a ser adotado a partir de 2018; entre outras. (CRC-PR, p. 123. 2013).

Conclusão: A partir da identificação dos aspectos contábeis e tributários inerentes às entidades sem fins lucrativos constatou-se que as normas contábeis e obrigações acessórias são equiparadas às aplicadas as entidades com fins lucrativos. Porém, quanto ao aspecto principal da obrigação tributária as entidades sem fins lucrativos possuem características de imunidade e isenção diferenciando-as das demais entidades.

Referências

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002:** Entidade sem Finalidade de Lucros. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://cfc.org.br/noticias/itg-2002-cfc-publica-mudancas-na-contabilidade-do-terceiro-setor/>>. Acesso em: 09 out. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos contábeis das Entidades de Interesse Social. 2ª reimpressão. 128 p.** Brasília, 2008. Disponível em: <http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/Manual_procedimentos2008.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - PR. **Práticas contábeis aplicadas: às PME, ME, EPP e entidades sem fins lucrativos. 190 p.** Curitiba, 2013. Disponível em: <http://www.crcpr.org.br/new/content/download/2014_02_05_praticas_contabeis_pme.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

HUDSON, Mike. **Administrando Organizações do Terceiro Setor: O Desafio de Administrar Sem Receita.** São Paulo: Makron Books, 1999. 309 p.

OLAK, Paulo Arnaldo; NASCIMENTO, Diogo Toledo. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010. 226 p.

PAES, José Eduardo Sabo. **Sociedade Civil, Estado e o Terceiro Setor: Ordem Sociopolítica e Campos de Atuação.** Revista de Direito Internacional Econômico e Tributário. v. 4 n.2 Dez/Jul 2009. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDIET/article/view/4509/2818>>. Acesso em: 09 out. 2016.

O IMPACTO DO SISTEMA SPED PARA OS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS E PARA AS EMPRESAS.

Flávia Capriolli Marutani¹; Alexandre Silva Santos²; Maria Aparecida Pereira³.

¹Aluna do 4º Ano de Ciência Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB – flacapriolli@gmail.com;

²Professor do curso de Ciência Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB ssalexandre@hotmail.com;

³Professora do curso de Ciência Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB profcidinha2015@gmail.com.

Grupo de trabalho: Ciências Contábeis

Palavras-chave: SPED; Impactos; Mudança.

Introdução: O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) foi instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007. Consiste na modernização do cumprimento das obrigações acessórias transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores. Este trabalho tem como objetivo apresentar os impactos positivos e/ou negativos sofridos pelo profissional contábil e pelas empresas com a implantação do SPED.

Objetivos: Identificar os impactos do sistema SPED para os profissionais de contabilidade e para as empresas obrigadas a transmissão dos arquivos.

Relevância do Estudo: O SPED tem o objetivo de unificar todas as informações em uma grande base de dados. Isto gerou um alarme no ambiente empresarial, tendo em vista que as organizações tiveram que fazer uma série de adaptações nos seus controles para assim conseguirem gerar informações de forma correta e eficaz. A implantação do SPED leva as empresas prestadoras de serviços contábeis e os profissionais da área, a atuarem como uma conexão entre o Estado e seus clientes, e para isso, necessitam estar munidos com ferramentas atuais necessárias a implantação e ao domínio pleno de toda parte operacional e funcional do projeto. (NEVES JUNIOR *et. al*, 2011). Com este novo cenário de transformações, houve por parte das empresas uma grande preocupação em buscar orientação de uma boa assessoria contábil; e por partes destes profissionais contábeis em estar sempre em treinamento e atualizados para acompanhar as mudanças.

Materiais e métodos: A metodologia do presente estudo foi baseada na pesquisa bibliográfica utilizando-se pesquisas exploratórias em livros, e artigos que relacionam o assunto em questão, buscando evidenciar as principais informações contidas nas obras pesquisadas.

Resultados e discussões: Diante das grandes transformações e dos avanços tecnológicos o Fisco necessitava acompanhar este novo cenário, assim criou o SPED; que segundo Decreto nº 7.979/2013, Art. 2º, unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal de empresários e pessoas jurídicas, inclusive os imunes ou isentos, mediante fluxo único e computadorizado de informações. As empresas obrigadas ao SPED enfrentam grande mudança cultural, não só na área fiscal, mas em toda a empresa. Na área de tecnologia há o desembolso de recursos para adquirir programas específicos e atualizados às exigências legais. A infraestrutura física passa por mudanças pela necessidade de bons computadores, impressoras e bom acesso à *internet*. As pessoas sofrem impactos pelo processo e necessitam de constante atualização e treinamento. Para Oliveira (2014, p.15-23) o empresário precisa saber onde o SPED atinge sua empresa e identificar quais departamentos

serão impactados pela implantação do SPED. Todas estas mudanças representam custos, mas também geram benefícios que segundo Neves Junior *et. al* (2011) são: agilidade, qualidade, precisão na transmissão e busca dos dados; cruzamento eficaz de informações; redução de custos e auditoria eletrônica facilitada. Para Bulgarelli (2015) o SPED objetiva tornar os processos mais eficientes; facilita a vida dos profissionais contábeis e dos contribuintes apesar das inúmeras obrigações, pois é uma ferramenta de auxílio a gestão tributária, baseada em melhoria dos processos e inovação tecnológica. Também há por parte dos profissionais de Contabilidade grande preocupação, pois a nova rotina do contador passa a ser analisar, corrigir e transmitir informações corretamente, evitando assim sanções impostas pelo fisco. Portanto, é essencial a participação constante em cursos, palestras, seminários, qualquer meio de adquirir conhecimento; tudo isso visando proporcionar aos clientes um serviço de qualidade. Bulgarelli (2015) afirma que o SPED traz grandes vantagens para a classe contábil, pois com as novas obrigações ela deve estar mais presentes no dia a dia do empresário, atuando assim como consultores, prevendo e sugerindo soluções a possíveis problemas; passando a exercer uma função mais produtiva e estratégica do que apenas apurar os impostos.

Conclusão: Para os empresários o SPED é visto somente como um meio utilizado pelo fisco para evitar a sonegação e aumentar a fiscalização, além de obrigá-los a se estruturarem de acordo com as diretrizes do referido sistema. Os principais problemas enfrentados pelas empresas são: o aumento de trabalho, alto custo de implantação, falta de pessoas com conhecimento técnico, falta de conhecimento dos processos e tecnologia, problemas de envio e validação, falta de estrutura e de *software* adequados. O empresário deve entender que esta mudança no gerenciamento poderá trazer vantagens se ele souber analisar e tratar as informações para utilizá-las no processo decisório e nas estratégias de crescimento da empresa. Já para os profissionais contábeis, a mudança foi cultural, os que desejam permanecer no mercado e possuir diferencial devem se atualizar, acompanhar as legislações e ter conhecimento em tecnologia da informação.

Referências

BRASIL, Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm>, Acesso em 29 de agosto de 2016.

BRASIL, Decreto nº 7.979, de 08 de abril de 2013, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2011-2014/2013/Decreto/D7979.htm>, Acesso em 16 de outubro de 2016.

BULGARELLI, Ruberlei. **O papel do profissional da contabilidade frente ao SPED e as vantagens da nova ferramenta**, jul.2015. Disponível em: <<http://www.crcms.org.br/portal/editorial-o-papel-do-profissional-da-contabilidade-frente-ao-sped-e-as-vantagens-da-nova-ferramenta/>> Acesso em: 17 de outubro de 2016.

NEVES JUNIOR, Idalberto José das; OLIVEIRA, Cleide Machado de Oliveira; CARNEIRO, Eleandro Elias. Publicações de artigos científicos. **Estudo exploratório sobre os benefícios e desafios da implantação e utilização do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED na opinião de prestadores de serviços contábeis no Distrito Federal**, jul.2011. Disponível em: <https://www.ucb.br/sites/000/2/564.pdf>. Acesso em: 17 de outubro de 2016.

OLIVEIRA, Antônio Sérgio de. **SPED nas pequenas empresas**. 1 ed. São Paulo: Trevisan Editora, 2014. 159 p.

APLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E NORMAS CONTÁBEIS NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS - PMEs

Ilze Silva Gomes¹; Alexandre Silva Santos²; Maria Aparecida Pereira³;

¹Aluna de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB
ilzegomes_gomes@hotmail.com;

²Professor do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB
ssalexandre@hotmail.com;

³Professora do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB
profcidinha2015@gmail.com.

Grupo de trabalho: Ciências Contábeis

Palavras-chave: demonstrações contábeis, pequenas e médias empresas, tomada de decisões.

Introdução: As aplicações das normas de contabilidade auxiliam na uniformização dos processos das empresas, os relatórios contábeis fornecem assistências aos gestores nas tomadas de decisões. No entanto, por falta de conhecimento, interesse ou obrigatoriedade, os gestores acabam não utilizando essas ferramentas na sua rotina. Para as pequenas e médias empresas há a necessidade de aplicação das demonstrações contábeis as quais possuem como objetivo demonstrar a situação econômica e financeira da empresa.

Objetivos: Apresentar a importância da aplicação das normas e demonstrações contábeis nas Pequenas e Médias Empresas (PMEs) como auxílio no processo de gestão, evidenciando a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC).

Relevância do Estudo: As PME's não se utilizam das demonstrações contábeis devido à complexidade das normas contábeis e das recentes alterações introduzidas pela convergência internacional, falta de interesse, conhecimento ou obrigatoriedade. Neste sentido e devido às constantes mudanças os profissionais da contabilidade devem estar sempre atentos e atualizados, sendo assim, destaca-se a necessidade de um estudo sobre este assunto.

Materiais e métodos: A metodologia do presente estudo foi baseada em pesquisa bibliográfica, o que incluem a leitura e interpretação de publicações, normas contábeis, legislação e revistas especializadas.

Resultados e discussões: As pequenas e médias empresas representam grande importância na economia nacional. De acordo com o BNDES é classificada como pequena empresa se tiver seu faturamento anual maior que R\$ 2,4 milhões e, menor ou igual R\$ 16 milhões. E são classificadas como empresas de médio porte aquelas com faturamento anual maior que R\$ 16 milhões e, menor ou igual a R\$ 90 milhões. Usualmente, os relatórios contábeis emitidos por essas empresas, são apenas para conhecimento de usuários externos, como: agências de avaliação de crédito ou credores. Para Szuster *et al* (2013, p.15), a contabilidade é essencial para o fornecimento de informações que auxiliam no planejamento, no controle da organização e as questões inerentes à situação patrimonial, econômica e financeira da empresa são evidenciadas com os relatórios contábeis. Dentre as demonstrações aplicáveis as pequenas e médias empresas estão o Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), e a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC). Segundo Iudícibus e Marion (2008, p.15), o Balanço Patrimonial, considerado como o mais importante demonstrativo contábil, informa a real situação financeira e patrimonial de uma empresa em um determinado período, sendo demonstrado normalmente no final do ano.

O BP é estruturado pelo Ativo, que são os bens e direitos da empresa, pelo Passivo que é composto pelos seus deveres e obrigações, e pelo Patrimônio Líquido, que é o resultado do valor total do Ativo menos o Passivo. A DRE apresenta se a empresa obteve lucro ou prejuízo no período apurado e a DFC nos mostra o resultado obtido entre as entradas e saídas de caixa também no período apurado. A partir dos relatórios contábeis os gestores têm condições de definir os preços a serem praticados nos produtos que serão vendidos, traçar objetivos, informar resultados e analisar o desempenho da empresa (SZUSTER *et al*, 2013, p.8). Toda a movimentação do dinheiro que circulou pelo caixa da empresa, tanto sua origem como aplicação, são demonstradas na DFC. Analisando a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) juntamente com a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), é possível esclarecer situações contestáveis sobre a razão da empresa ter um lucro considerável e apresentar um caixa baixo, não sendo possível liquidar com todas as suas obrigações. (IUDÍCIBUS e MARION, 2002, p. 220). A Demonstração do Fluxo de Caixa é essencial para o exato entendimento da situação em que se encontra o caixa da empresa, e sua boa administração permite com que a empresa continue suas atividades.

Conclusão: As PMEs representam grande parte da economia do país, diante disso, é de suma importância que seus gestores entendam a necessidade de se adequarem as normas e práticas contábeis. Com tal ação será possível a análise da situação da empresa através dos relatórios fornecidos pela contabilidade, auxiliando-os na tomada de decisões em busca dos resultados almejados.

Referências:

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade para não contadores**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 274p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade**: para o nível de graduação. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. 288p.

MARION, J.C. **Contabilidade empresarial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015. 536p.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da; MARION, José Carlos. **Manual de contabilidade para pequenas e médias empresas**. São Paulo: Atlas, 2013. 208p.

SZUSTER, N. et al. **Contabilidade geral**: introdução à contabilidade societária. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 384p.

<http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/porte.html>. Acesso em: 04 set. 2016.

<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1255.doc>. Acesso em: 27 set. 2016.

<<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 01 mai. 2016.

A IMPORTANCIA DA DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) NO PROCESSO DECISÓRIO

Edilaine Caroline de Aguiar Felix¹; Alexandre Silva Santos²; Maria Aparecida Pereira³;

¹Aluna de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB – edi-caroline@hotmail.com;

²Professor do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB
ssalexandre@hotmail.com;

³Professora do curso de Ciências Contábeis – Faculdades Integradas de Bauru – FIB -
profcidinha2015@gmail.com;

Grupo de trabalho: Ciências Contábeis

Palavras-chave: demonstrações contábeis, fluxo de caixa, tomada de decisão.

Introdução: Dentre as demonstrações elaboradas pela contabilidade uma de extrema relevância é a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC). Sua importância na gestão das entidades está em informar aos usuários da contabilidade e gestores o quanto representa seu fluxo de caixa, qual sua capacidade na geração de caixa e equivalentes de caixa. A fidedignidade dessas informações geradas pelas demonstrações contábeis é extremamente importante ao gestor. “O objetivo da Contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos”. (IUDÍCIBUS e MARION, 2002, p. 42). Porém, mesmo com os avanços obtidos, esta visão da contabilidade como instrumento de apoio ao processo decisório necessita de planejamento estratégico, visão de mercado, utilizações de informações claras e objetivas.

Objetivos: Apresentar as Demonstrações Contábeis, com ênfase na Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), e assim verificar de que maneira as informações podem auxiliar na gestão e na forma de planejamento da entidade.

Relevância do Estudo: Revelar a contabilidade como instrumento de gestão através das Demonstrações Contábeis, com ênfase na Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC). “O processo decisório decorrente das informações apuradas pela Contabilidade não se restringe apenas aos administradores e gerentes (usuários internos), mas também a outros segmentos, quais sejam, usuários externo” (IUDÍCIBUS e MARION, 2002, p. 42). Evidentemente, os gerentes(administradores) não são os únicos que se utilizam da Contabilidade, há também os investidores, fornecedores, bancos, governo, empregados, sindicatos. (MARION, 2015, p. 31). Utilizando-se como instrumento de gestão “o objetivo da Contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos”. (IUDÍCIBUS e MARION, 2002, p. 42). “é através da DFC que se pode saber se a empresa foi autossuficiente no financiamento do seu giro e qual sua capacidade de expansão com recursos próprios gerados pelas operações”. (MATARAZZO e PESTANA, 1994, p. 369). Um planejamento de qualidade auxilia na tomada de decisão, e faz com que o fluxo de caixa se torne um excelente aliado na sua gestão empresarial.

Materiais e métodos: O estudo foi elaborado através de pesquisas com base em referencial teórico da área e pesquisa documental em livros, revistas e artigos especializados.

Resultados e discussões: As Demonstrações Contábeis possuem como objetivo proporcionar informações patrimoniais e financeiras, aos usuários ao que diz respeito às avaliações e a tomada de decisões. (SANTOS e SCHMIDT, 2015, p. 39). A contabilidade como fonte de informações baseia-se nas demonstrações contábeis para evidenciar aquilo

que se passou e predizer aquilo que virá. Mas, muitas vezes a contabilidade é utilizada apenas como exigência legal dos negócios. No entanto “a contabilidade não deve ser feita visando basicamente atender às exigências do governo, mas, o que é muito mais importante, auxiliar as pessoas a tomarem decisões”. (MARION, 2015, p. 30). Decisões estas que passam a ser importantíssimas para que a empresa continue no mercado e não se torne mais uma dentre as diversas que iniciam suas atividades e fecham por falta de conhecimento e profissionalismo. Estas informações possuem estruturação dada pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), que evidencia o caixa gerado e consumido pela empresa dando-lhe suporte a respeito das suas possibilidades financeiras. “A DFC, por sua vez, demonstra a origem e a aplicação de todo o dinheiro que transitou pelo Caixa em um determinado período e o resultado desse fluxo”. (IUDÍCIBUS e MARION, 2002, p. 220). O objetivo da DFC é informar aos usuários a respeito dos recebimentos e pagamentos de caixa de uma companhia durante um período, a fim de avaliar a capacidade de a empresa gerar caixa e equivalentes de caixa, e as necessidades da utilização dos fluxos de caixa. (ALMEIDA, 2014, p.187). “A análise conjunta da DFC e da Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) pode esclarecer situações controvertidas sobre o porquê de a empresa ter um lucro considerável e estar com o Caixa baixo, não conseguindo liquidar todos seus compromissos”. (IUDÍCIBUS e MARION, 2002, p. 220). Já “as informações sobre os fluxos de caixa são úteis para avaliar a capacidade da entidade gerar recursos dessa natureza e possibilitam aos usuários desenvolver modelos para avaliar e comparar o valor presente de futuros fluxos de caixa de diferentes entidades”. (SANTOS e SCHMIDT 2015, p. 472). A DFC “já comprovou ser de extrema utilidade para diversos fins, dada sua simplicidade e abrangência, principalmente no que diz respeito aos aspectos financeiros que envolvem o dia-a-dia da entidade”. (PEREZ JUNIOR e BEGALLI 1999, p.178).

Conclusão: A dificuldade financeira que estamos enfrentando no mundo contemporâneo tem feito com que as empresas sofram com falta de recursos e planejamento, tornando o fluxo de caixa ferramenta fundamental no processo gerencial. Contudo as demonstrações contábeis são suporte que a contabilidade dispõe a fim de transmitir informações capazes de auxiliar gestores a tomarem decisões. Nela está a DFC que auxilia no processo decisório, pois evidencia as entradas e saídas, mostram o saldo de caixa e equivalentes de caixa, identificam com antecedência se empresa deve aplicar ou tomar recursos.

Referências:

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti, **Curso de contabilidade intermediária em IFRS e CPC**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2014. 243 p.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade**: para o nível de graduação. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2002. 304 p.

MARION, José Carlos, **Contabilidade Básica**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2015. 280 p.

MATARAZZO, Dante Carmine; PESTANA, Armando Oliveira. **Análise financeira de balanços**: abordagem básica e gerencial: como avaliar empresas, análise da gestão de caixa, análise da gestão de lucro, desempenho da diretoria. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994. 384 p.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez; BEGALLI, Glauco Antônio. **Elaboração das demonstrações contábeis**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999. 232 p.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade Societária**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2015. 544 p.